



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DÉBORA MIDYÃ CARDOSO DOS SANTOS

**CONTROLE INTERNO E O COOPERATIVISMO: UM ESTUDO EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2021

DÉBORA MIDYÃ CARDOSO DOS SANTOS

**CONTROLE INTERNO E O COOPERATIVISMO: UM ESTUDO EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis, do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial a
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador Prof.: Dr. Tiago Henrique de
Souza Echternacht

JOÃO PESSOA

2021

S237c Santos, Debora Midya Cardoso dos.

Controle interno e o cooperativismo: um estudo em uma cooperativa de crédito no estado da Paraíba. / Debora Midya Cardoso dos Santos. - João Pessoa, 2021.
45f. : il.

Orientação: Tiago Henrique de Sousa Echternacht.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Cooperativa de Crédito. 2. Sistema de Controle Interno. 3. COSO. 4. Cooperativismo de crédito. I. Echternacht, Tiago Henrique de Sousa. II. Título.

UFPB/BC

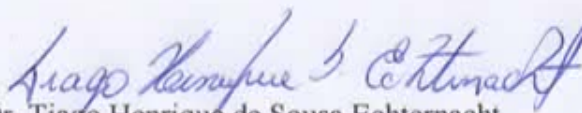
CDU 657

DÉBORA MIDYÃ CARDOSO DOS SANTOS

**CONTROLE INTERNO E O COOPERATIVISMO: UM ESTUDO EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

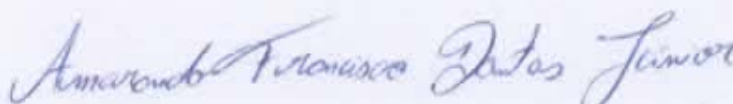
BANCA EXAMINADORA



Presidente(a): Prof. Dr. Tiago Henrique de Sousa Echternacht
Instituição: UFPB



Membro: Prof. Me. Marcelo Pinheiro de Lucena
Instituição: UFPB



Membro: Prof. Me. Amaranado Francisco Dantas Júnior
Instituição: UFPB

João Pessoa, 12 de julho de 2021.

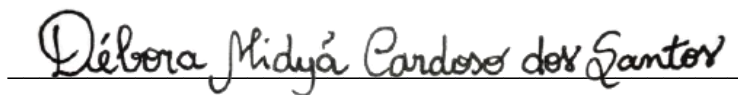
DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Débora Midyã Cardoso dos Santos, matrícula n.º 11502394, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado CONTROLE INTERNO E O COOPERATIVISMO: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DA PARAÍBA, orientado(a) pelo(a) professor(a) Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2020.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 06 de julho de 2021.



Assinatura do(a) discente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por estar sempre guiando os meus passos e me proporcionando força para enfrentar as dificuldades da vida, força essa a qual me ajudou a não desistir em meio as tempestades e me faz me orgulhar da mulher que me torno a cada dia.

Agradeço também ao meu esposo, João Henrique, por estar ao meu lado e me apoiar em todos os meus sonhos.

Aos meus pais, por desde sempre, com tanta dificuldade, investirem em minha educação e o mais importante, pelo cuidado em todos os aspectos e principalmente em oração.

A minha irmã Danielly pelo empréstimo no computador, minha amiga Karol por todo apoio emocional, tão necessário nessa jornada acadêmica.

Aos colegas que com empenho me ajudaram respondendo o questionário, em especial ao Gerente Geral Marcelo Maia pela dedicação para que esse acesso a Sicredi Creduni fosse possível.

Ao meu professor orientador Tiago Henrique por todo o suporte no processo deste trabalho, que mesmo sendo de forma remota, fui orientada com grande apoio e êxito.

Por fim, agradeço a todos, e claro a mim mesma, pela conquista dessa graduação.

RESUMO

Diante do crescimento significativo das cooperativas de crédito no Brasil, como forma de aprimorar ainda mais este crescimento é necessário que a gestão cooperativa busque formas de aperfeiçoamento e desenvolvimento de técnicas de controle eficazes e eficientes em seus processos operacionais, sendo assim, é necessária a adoção integral ou parcial das metodologias existentes. Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a qualidade do ambiente de controle interno com base na metodologia do *COSO II* - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de João Pessoa. Para isso, utilizou-se uma abordagem descritiva e qualitativa por meio de questionário com questões objetivas aplicadas a 59 funcionários, e dentre eles, 33 respondentes, representando cerca de 55,9% de retorno. O resultado da pesquisa demonstra que o controle interno instituído na cooperativa é bem disseminado e por isso, em sua maioria, é percebível que sua aplicação é eficaz. Com base na Metodologia do *COSO II*, quanto a percepção dos entrevistados sobre a aplicação dos componentes na instituição, foi satisfatória e demonstra intensa presença e representatividade. Por fim, conclui-se que todos os processos de controle existentes são conhecidos e postos em prática nos diferentes níveis da organização, o que demonstra um controle interno eficaz no gerenciamento de riscos.

Palavras-chave: Controle Interno, COSO, Cooperativas de Crédito.

ABSTRACT

In the face of the significant growth of credit unions in Brazil, as a way to further improve this growth, it is necessary for the cooperative management to seek ways to improve and develop effective and efficient control techniques in its operational, therefore, it is necessary the adoption of full or partial of existing methodologies. Thus, the general objective of this research is to investigate the quality of the internal control environment based on the COSO II - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* methodology, in a credit union, located in the city of João Pessoa. For this, a descriptive and qualitative approach was used through a questionnaire with objective questions applied to 59 employees, and among them, 33 respondents, representing about 55.9% of answers. The research result demonstrates that the internal control instituted in the cooperative is well disseminated and therefore, for the most part, it is noticeable that its application is effective. Based on the COSO II Methodology, the interviewees' perception of the application of the components in the institution was satisfactory and demonstrates intense presence and representation. Finally, it is concluded that all existing control processes are known and put into practice at different levels of the organization, which demonstrates effective internal control in risk management.

Weywords: Internal Control, COSO, Credit Cooperatives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – COSO I e COSO II.....	24
Figura 2 – COSO I.....	25
Figura 3 – COSO II.....	26
Quadro 1 - Atuação do Controle Interno.....	35
Quadro 2 - Roteiro de execução das atividades.....	36
Gráfico 1: Ambiente Interno.....	37
Gráfico 2: Fixação de Objetivos.....	38
Gráfico 3: Identificação de Eventos.....	39
Gráfico 4: Avaliação de Riscos.....	40
Gráfico 5: Resposta ao Risco.....	41
Gráfico 6: Atividades de Controle.....	42
Gráfico 7: Informação e Comunicação.....	43
Gráfico 8: Monitoramento.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

AAA - *American Accouting Association*

ACL - Aliança Cooperativa Internacional

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

AUDIBRA - Instituto dos Auditores Internos do Brasil

BACEN – Banco Central do Brasil

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com interação Solidária

ECOSOL - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário

FEI - *Financial Executives International*

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IIA - *Institute of Internal Auditors*

IMA - *Institute of managements Accountants*

OCD - Organização das Cooperativas Brasileiras

SCC - Sistema de crédito Cooperativo

SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito no Brasil

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNICRED - Cooperativa de Trabalho Médico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMÁTICA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 COOPERATIVISMO	14
2.1.1 Breve histórico	15
2.1.2 Cooperativismo de crédito	16
2.2 DEFINIÇÕES DE RISCOS	18
2.2.1 Risco de Mercado	19
2.2.2 Risco de Liquidez	19
2.2.3 Risco de Crédito	19
2.2.4 Risco Operacional	20
2.3 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	20
2.4 COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION	22
2.4.1 <i>The COSO Report (COSO I)</i>	23
2.4.2 COSO ERM (COSO II)	24
3 METODOLOGIA	28
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA	28
4 RESULTADO DA PESQUISA	30
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA PESQUISADA	30
5.2 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS	31
5.3 CONTROLE INTERNO INSTITUÍDO NA COOPERATIVA	31
5.4 ATUAÇÃO DOS COMPONENTES DO COSO II NA COOPERATIVA	34
5 CONCLUSÃO	42

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional vem obtendo constante crescimento no segmento bancário, e em sua maioria isso se deve a bancos privados e de controle de capital estrangeiro. Dentro deste mercado, encontram-se as cooperativas de crédito, que vem se destacando cada vez mais, obtendo a cada ano um significativo crescimento.

Dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central, no ano de 2018, demonstraram que na região Sul do Brasil 16% da população buscava nas cooperativas o fornecimento dos produtos e serviços financeiros, sendo 24% no estado de Santa Catarina e 17% no Rio Grande do Sul. O Brasil, nos últimos oito anos, possui cerca de 6.828 cooperativas, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do ano de 2019.

O setor cooperativo possui particularidades como, menor custo de capital quando em comparação ao sistema bancário, comprometimento social ao invés de privado e o elo com o desenvolvimento econômico da sociedade local promovendo aplicação de recursos financeiros, assumindo os riscos necessários, a favor de representar iniciativas, principalmente de distribuição de renda, financiamentos empresariais, formação de poupança e geração de empregos.

Outro aspecto importante diz respeito à oferta de serviços financeiros. O Sistema de crédito Cooperativo (SCC) oferece os mesmos serviços propostos pelo sistema bancário, porém com taxas e tarifas inferiores (SILVA, 2011).

Mesmo com todo avanço e crescimento que o cooperativismo de crédito teve, e com todos os seus diferenciais em relação ao sistema bancário, o seu avanço ainda se torna pequeno em comparação a todo o sistema financeiro. Sendo assim, é necessário que a gestão cooperativa busque formas de aperfeiçoamento e desenvolvimento de técnicas de controle eficazes e eficientes em seus processos operacionais, como forma de aprimorar o seu crescimento.

Aperfeiçoar as técnicas de controle interno tem sido um dos principais métodos na melhoria e estruturação consistente das instituições financeiras. Este crescimento é explicado por sua funcionalidade e êxito na obtenção de maiores recursos financeiro, que advém de uma cultura organizacional aprimorada e bem estruturada.

Sendo assim, é importante salientar qual a principal função do controle em um ambiente institucional. De acordo com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA), possibilita a obtenção de resultados positivos, pois compreende as ações

tomadas pela alta administração e gerência de uma determinada instituição como forma de planejamento, organização e controle do desempenho empresarial.

No âmbito da gestão do cooperativismo, é importante movimentar-se em meio a uma cultura organizacional consistente que busca um controle dos processos, atividades, serviços e riscos que põem em perigo a continuidade dos negócios.

O estudo vem colaborar para investigar a qualidade do ambiente de controle interno em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de João Pessoa, utilizado a estrutura do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, em português, Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

1.1 PROBLEMÁTICA

O foco deste trabalho está voltado ao cooperativismo e seu crescimento ao decorrer dos anos. Sabe-se que as cooperativas possuem características próprias (muitas vezes originários de movimentos e casos de associativismo grupal), e por isso é importante um regimento interno eficaz e eficiente.

Em qualquer empresa que possua procedimentos operacionais, a existência do controle torna-se essencial. A associação do controle aos demais procedimentos administrativos faz com que a entidade se mantenha estável no cenário empresarial.

Para que os procedimentos de controle interno se tornem eficazes, é necessária a adoção integral ou parcial das metodologias existentes, que são dinâmicas e se adaptam as atividades e necessidades da empresa, podendo ser modificados conforme surjam novas observações no transcorrer do tempo, ou por parte de pessoas e situações existentes.

Cabe destacar que a execução das atividades de controle requer a aceitação das partes envolvidas, tornando-se uma cultura organizacional aceita e compreendida pelas pessoas que exercem qualquer nível de responsabilidade na empresa.

Diante do exposto, surge a seguinte problemática de pesquisa: Qual a qualidade do ambiente de controle interno baseado na metodologia do *COSO II* em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de João Pessoa?

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa se apresenta estruturada em um objetivo geral e dois objetivos específicos, conforme observado a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar a qualidade do ambiente de controle interno com base na metodologia do *COSO II*, em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de João Pessoa.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a qualidade do controle interno na percepção dos colaboradores e gestores de uma cooperativa de crédito na cidade de João Pessoa.
- Analisar se esta perspectiva está em acordo com a estrutura integrada de controle interno na ótica da metodologia do *COSO II*.

1.3 JUSTIFICATIVA

Existe uma grande diferença entre cooperativas e as demais entidades, as cooperativas são instituições democráticas, controladas por seus associados, desta forma os cooperados financiam e utilizam os serviços oferecidos na mesma. Também são instituições que não visam o lucro, todo benefício gerado pela cooperativa é distribuído para os sócios de acordo com a utilização dos serviços da organização.

Tendo como base a forma de funcionamento da cooperativa de crédito, entende-se que a gestão cooperativa, como o nome já diz, não está voltada a apenas o interesse de poucos, mas de muitos. E por se tratar de negócios é ainda mais essencial uma gestão comprometida com o processo de *accountability*, que remete a ideia de transparência, responsabilidade e conformidade. Isto reforça a necessidade de um controle interno eficaz, tendo em vista o monitoramento e resguardo da organização quanto aos riscos dos seus ativos.

Para tal propósito é importante que o sistema de controle interno ou a gestão de riscos, tenham como objetivo a avaliação da qualidade dos controles existentes, assim como a mitigação dos possíveis riscos possíveis.

Por causa da preocupação de como as empresas poderiam avaliar os riscos e necessidades de regulamentação do controle interno contido em cada organização, houve a criação de métodos, como a metodologia do *COSO The Comittee of Sponsoring Organization* (Comitê das Organizações Patrocinadoras), escolhida como base para este estudo, que objetiva a avaliação e aperfeiçoamento de controles internos, com o objetivo de cumprir os objetivos estabelecidos.

O presente estudo torna-se relevante para o Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), devido ao papel que a temática sobre cooperativa desperta no Brasil e no contexto local, pelo seu crescimento, pela inserção dos acadêmicos de ciências contábeis da UFPB na graduação nessas organizações, e principalmente da universidade contribuir com esse novo perfil de cidadão, que zela pela ética, e reforçará o zelo pelo controle interno da organização.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo deste tópico foi estabelecer a relação teórica dos principais temas da pesquisa. Dessa forma, procura-se contemplar os seguintes assuntos: histórico e conceitos do cooperativismo, conceitos de controle interno e risco empresarial.

2.1 COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu como forma de juntar indivíduos com objetivos em comum. Relações entre pessoas da mesma classe econômica, familiares, colegas de trabalho é uma maneira de unificar conhecimento, ideias e técnicas buscando o bem comum da sociedade a qual se insere. Sendo assim, o cooperativismo objetiva a qualidade de vida e desenvolvimento social, buscando uma melhora constante na capacidade racional dos indivíduos, embasado nos princípios cooperativistas e de liberdade humana (GAWLAK e TURRA, 2001).

Sendo assim, o cooperativismo se trata de uma doutrina cultural socioeconômica que educa e instrui intelectualmente as pessoas para que busquem uma evolução contínua, tornando-as mais justas, humanas, solidárias, flexíveis, inteligentes e criativas. (SESCOOP/RS, 2017).

O pontapé inicial para o surgimento do cooperativismo se deu pelas motivações de trabalhadores industriais pela busca de melhores condições de trabalho e garantias dos mínimos direitos trabalhistas em plena Revolução Industrial. Por causa dessa busca, 28 tecelões na Inglaterra iniciaram em 1843 uma sociedade com a intenção de melhorar as condições econômicas e de trabalho, como jornadas excessivas, salários reduzidos e falta de segurança, gerando assim uma ajuda mútua entre indivíduos. (BIALOSKORSKI NETO, 2012)

Com o passar do tempo e o surgimento do cooperativismo moderno, princípios instituídos pelos reais fundadores ainda podem ser encontrados, são eles: adesão livre e voluntária, gestão democrática, neutralidade religiosa e política, incentivos a educação cooperativista, e um dos pontos principais, o rateio das sobras (resultados) das operações realizadas com os seus associados com a intenção de estabelecer a ordem econômica (TOESCA, 2015).

O artigo 4º da Lei nº 5.764/71, instituiu as cooperativas como sociedades de pessoas de natureza jurídica constituídas para prestar serviços a seus associados

(BRASIL, 1971). Conforme a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, apud SESCOOP/RS, 2017), cooperativa é uma associação independente em que pessoas se unem por espontânea vontade para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais em comum, tendo como intermediador, uma instituição gerida democraticamente.

Hoje, percebe-se que os regulamentos das cooperativas estão, a cada dia, mais parecidos com os que são aplicados em outras instituições financeiras, porém, não deixam de resguardar os princípios próprios do cooperativismo. Pinheiro (2006) afirma que as cooperativas são instituições financeiras, constituídas sobre forma de sociedade cooperativa que presta serviços financeiros ao associado e possui operações específicas e estabelecidas em legislação.

2.1.1 Breve histórico

Por mais que, segundo ODESC (2004), o ato de se ajudar mutuamente existe como meio de sobrevivência desde os primórdios, Siqueira (2001) deixa claro que, os primeiros incentivadores da cooperação, surgiram entre os séculos XVII e XIX, estando eles em diversas localidades e ramos diferentes. Entretanto, foi no auge do capitalismo industrial que surgiu a cooperação, em uma luta entre o meio operário e camponês contra a intensa exploração ao qual a revolução industrial impôs durante a sua primeira fase (SCHNEIDER, 2012).

Fatos como, inexistência de leis trabalhistas e de previdência, efeitos negativos da Revolução Industrial em relação aos operários durante o século XIX, também a concorrência excessiva, o conceito cooperativo foi mais bem desenvolvido pelos incentivadores socialistas ingleses e franceses, os quais buscavam progresso econômico, alterações na sistemática de produção industrial e de trabalho, assim como modificar o regime de trocas (PINHO, 1977).

Segundo Pinho (1966), para protestar contra o sistema capitalista, o qual impunha jornadas de trabalho desumanas, valor de compra extremamente alto e crescente desemprego, vinte e sete tecelões e uma tecelã, no bairro de Rochdale, na Inglaterra, criaram um modelo ao qual podiam lutar contra esse sistema abusivo. Sendo assim, se opondo ao sistema liberalista, em uma luta pelos princípios sociais foi instituída a primeira cooperativa, que tinha como foco a compra de bens de consumo de maneira idônea a todos. (HOLYOAKE, 2014).

De acordo com o pensamento desses tecelões, a concepção de cooperativa servia como alternativa de apoio para uma crescente desigualdade e perdas geradas pelo desemprego, advindo da troca de trabalho manual para máquinas, o que marcou a revolução industrial. Por causa disso, houve um grande efeito em relação ao aumento de preços dos alimentos e pouca renda graças a crescente possibilidade de desemprego. Com isso a iniciativa de criação de uma cooperativa serviu como pilar para que houvesse uma ajuda mútua, com a intenção de se sobrepor a miséria existente naquele momento (OCESC, 2004).

Após o resultado positivo de Rochdale, o cooperativismo entrou em expansão, sendo na Alemanha criadas as cooperativas de crédito, na França as de produção, tomando conta da Europa, em países como Suíça (1851), Itália (1864), Dinamarca (1866) etc., sendo então de grande relevância para a economia (CANÇADO, 2004). De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início do século XX, 138 países já possuíam sistemas cooperativos inseridos nacionalmente (OCESC, 2004).

No Brasil, os indícios iniciais de cooperação foram vistos durante a colonização portuguesa, porém, de forma oficial, o primeiro passo se deu com a criação da primeira Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1889, cuja finalidade era o consumo de materiais agrícolas. Com isso, outras pessoas tomaram a iniciativa seguirem com a propagação do cooperativismo, que segundo a OCB (2017), a partir daí foram fundadas outras cooperativas em diversos estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

2.1.2 Cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito foram fundadas em 1864, por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha, após grande influência do sucesso que ocorreu em Rochdale. As cooperativas de Raiffeisen possuía uma atuação restrita e com atuação em localidades rurais, onde os votos dos associados eram feitos de maneira singular e não ocorria distribuição de sobras e dividendos. Esse tipo de cooperativa ainda é comum, atualmente, na Alemanha (PINHEIRO, 2008).

Com Herman Schulze, em 1856, também na Alemanha, surgiram as cooperativas urbanas. Estas são conhecidas atualmente como bancos populares, que provisionavam as sobras proporcionais ao capital, por isso se tornaram conhecidas como “associação de

dinheiro antecipado”. Eram caracterizadas, também, por uma atuação não restrita, e por seus administradores serem remunerados (PINHEIRO, 2008).

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti, em 1865, constitui uma cooperativa ao qual se destaca pelo não vínculo com a instituição, cotas de capital de pequeno valor, empréstimos de pequeno valor sem garantias e a não remuneração dos dirigentes. Sendo assim, cria-se a primeira cooperativa do tipo Luzzatti (PINHEIRO, 2008).

Embasado nos três tipos de cooperativas citadas anteriormente, Alphonse Desjardins, idealiza, em 1900, um novo modelo, que se torna amplamente difundida no Brasil, por se conhecida como cooperativa de crédito mútuo. Esse modelo se caracteriza pela existência de vínculo entre os associados, reunindo grupos homogêneos, como funcionários públicos, trabalhadores de uma mesma empresa etc. (PINHEIRO, 2008).

Em 28 de dezembro 1902, segundo Pagnussatt (2004), o cooperativismo se consolida no Brasil, em Nova Petrópolis, RS, pelo padre suíço Theodor Amstad junto a um grupo de produtores rurais. Porém, o real auge do avanço se deu em 2003, quando a resolução nº 3.106 do BACEN, autoriza a livre adesão para que micro e pequenas empresas se associassem a uma instituição financeira que antes não possuíam.

Em 2004, já existiam cerca de 1.450 cooperativas em real funcionamento no Brasil. As principais centrais que possuíam 1.097 filiadas eram o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, Sistema das Cooperativas de Crédito no Brasil – SICOOB, Cooperativa de Trabalho Médico – UNICRED, Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com interação Solidária – CRESOL e Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário – ECOSOL (PAGNUSSATT, 2004).

Atualmente, as cooperativas de crédito são conhecidas como instituições financeiras constituídas como sociedades cooperativas e tem como objetivo principal a prestação de serviços financeiros aos seus associados, em forma de captação de depósitos à vista ou a prazo, concessão de crédito e de cheques, serviços de cobrança e custódia, recebimentos de pagamentos de terceiros através de convênios com outras instituições públicas e privadas correspondentes no país (Pinheiro, 2008).

Sabe-se que entre as instituições financeiras que oferecem serviços como os citados anteriormente, é comum a presença de diversos tipos de riscos que se caso ocorram, põem na reta a chance de descontinuidade da organização. O controle interno presente tem a oportunidade de minimizá-los até que cheguem a um nível aceitável. Sendo assim, para entender sobre a importância do controle interno como método de

contribuição para o crescimento de uma cooperativa é necessário entender os riscos presentes nesta instituição e o quando eles podem ser prejudiciais ao sistema como um todo.

2.2 DEFINIÇÕES DE RISCOS

A palavra “risco” vem do italiano *risicare*, que deriva dos termos latinos: *risicu* ou *riscu*, que significa “ousar” (BERNSTEIN, 1996; IBGC, 2007). Pela conceituação do termo “ousar”, propõe-se que não se trata de algo predestinado, mas sim de uma decisão entendida como ousada.

O risco, comumente, pode ser considerado como algo que pode não cumprir com as expectativas esperadas. Ou seja, associasse o risco a possibilidade de que um fato, por meio de efeitos adversos, ocorra como resultado de algum evento, seja ele, natural ou da atividade humana (RENN, 1998a). Sendo assim, entendemos que qualquer atividade pessoal, organizacional ou profissional está sujeita ao risco, podendo ocasionar perdas, como também oportunidades (IBGC, 2007, p.11).

Segundo Knight (2012), o risco tem um caráter objetivo, enquanto a incerteza é algo mais subjetivo, ou seja, o risco relaciona-se com uma incerteza quantitativa, podendo ser mensurado até que esteja a um nível aceitável de confiabilidade.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC classifica os riscos pela sua natureza em: estratégicos, operacionais e financeiros. Sendo os riscos estratégicos os que estão presentes na tomada de decisão da alta administração, podendo acarretar grandes perdas econômicas. Os riscos operacionais se relacionam com a possibilidade de ocorrência de erros e falhas no procedimento operacional da empresa, funcionários, sistemas e eventos externos. Já os riscos financeiros estão ligados a possibilidade de perdas referentes as operações financeiras.

No âmbito das intuições financeiras temos a visão de Marshall (2002), que trata de riscos especificamente como: riscos de mercado, de crédito, estratégicos e operacionais, já Jorion (1999) salienta a importância do risco financeiro como ferramenta essencial para a existência da atividade comercial, um dos focos principais deste trabalho, sendo assim, é necessário conceituar mais precisamente os principais tipos de riscos financeiros empresarial.

2.2.1 Risco de Mercado

Segundo Silva Neto (1999), o risco de mercado está diretamente ligado a como o preço de determinado bem se comporta diariamente com base em acontecimentos ocorrentes no mercado.

Mais precisamente, o risco de mercado pode ser entendido como os riscos de perdas ou incertezas de retorno esperado em situações resultantes de fatores relacionados ao mercado, tais como: taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e *commodities* (DUARTE, 2003; CROUHY *et al*, 2004), estão relacionadas também a operações de investimentos e financeiras executadas em uma organização. (ZONATTO e BEUREN, 2010; COIMBRA, 2011).

2.2.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez relaciona-se com a capacidade da empresa em arcar com suas obrigações financeiras, ou seja, a necessidade por parte da instituição em manter seus ativos organizados para arcar com a responsabilidade de honrar os compromissos financeiros existentes (ZONATTO e BEUREN, 2010).

Pode-se afirmar que o risco de liquidez existe quando o passivo excede os valores do ativo, o que causa uma incerteza sobre a empresa conseguir obter os recursos necessários a tempo de cumprir com suas obrigações financeiras (MARSHALL, 2002; DUARTE *et al*, 2004).

2.2.3 Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de a contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, o que gera uma perda ou inadimplência para ela (MARSHALL, 2002). Zonatto e Beuren (2010) corroboram com esta ideia, afirmando que o risco de crédito se dá pela incerteza de terceiros honrarem seus compromissos em procedimentos de crédito existentes entre eles.

De acordo com Silva (1997), o crédito se dá pela entrega de um bem em troca de uma promessa de pagamento futuro, sendo assim, se houver promessa, o risco está presente. Para Jorion (1999), o risco de crédito surge quando as contrapartes não querem ou não podem honrar com as suas obrigações contratuais.

2.2.4 Risco Operacional

Ferreira (2006) define o risco operacional como possíveis perdas diretas ou indiretas que ocorrem por causa de falhas de procedimentos, pessoas, sistemas de informação ou acontecimentos externos. Este conceito também se assemelha ao apresentado pelo IBGC (2007).

Empresas do setor financeiro não estão especificamente ligadas apenas a riscos que possuam caráter financeiro. Por isso, quando há operação humana inclusa no processo, qualquer instituição estará exposta ao risco operacional, sendo assim, por mais que a atividade tenha sido executada de maneira correta, por ser um processo repetitivo, nem sempre será realizada da mesma maneira (KING, 2001).

Ainda segundo o mesmo autor, uma das principais características do risco operacional é a ligação entre os resultados da empresa e suas atividades. Porém, esse resultado pode ser afetado pelas falhas no controle interno, erros de sistemas e ausência de treinamento e qualificação profissional, ocasionando falhas dos colaboradores, ou ainda por eventos não previstos adequadamente. (CROUHY et al, 1998; JORION, 1998; LAYCOCK, 1998; CULP, 2001)

2.3 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Termo *controle* adveio do latim *totulum*, que significava uma lista de contribuintes, e a partir desta lista contratava-se o cobrador de impostos. Com o passar do tempo, este termo foi incorporado por diversos idiomas e obteve inúmeros significados, como dominação (hierarquia/subordinação), direção (comando), limitação (proibição), vigilância (fiscalização constante), verificação (exame), registro (identificação) (CASTRO, 2011).

O controle interno pode conter diversas dimensões, desde algo sistêmico, que envolve procedimentos que percorrem todos os níveis organizacionais, quanto a funções básicas da administração, como planejar, organizar, dirigir e controlar, tudo isso dependendo da perspectiva ou referencial ao qual se contempla (MEDEIROS, 2014).

Por causa da grande diversidade de conceitos, ao longo do tempo estudiosos e organizações nacionais e internacionais apresentam definições que se adequam as premissas do que seria mais adequado ao contexto existente.

O Relatório Especial da Comissão de Procedimentos de Auditoria, expõe através da AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*, o conceito de Attie (1998), que compreende o controle interno como um plano e conjunto elegidos pela empresa para proteger o patrimônio e certificar a autenticidade das demonstrações contábeis, causando uma eficácia das operações e incentivando uma política planeada na administração (ATTIE *apud* AICPA, 1998).

Já o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA), entende o controle interno como as ações tomadas pela administração como forma de atender as expectativas de crescimento, e cumprir os objetivos estabelecidos previamente. Sendo assim, a alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de forma que possibilita a relativa certeza de realização dos objetivos (AUDIBRA, 1998).

Silva (2012) também define o controle interno como um processo de responsabilidade dos gestores, que proporcionam segurança nas operações da entidade, desempenho, rentabilidade e salvaguarda do patrimônio, para que sejam executados com eficiência e efetividade.

Dentro de todas as garantias propostas pela qualidade do controle interno em uma instituição, observamos uma unificação entre ele e a auditoria, ramo muito importante dentro das organizações empresariais. A conceituação de Leitão (2018) deixa bem clara essa conjunção quando define a auditoria como um meio de revisão das demonstrações contábeis para uma melhor avaliação do sistema de controle interno existente na entidade e de possível prevenção e identificação de fraudes.

Attie, em 2006, deixa claro que a auditoria, está voltada a examinar a eficiência e eficácia do controle patrimonial, e em seguida emitir uma opinião sobre os dados analisados, interligado a isto, Leitão, em 2008, diz que a análise desses dados, exibidas através de relatórios de parecer da auditoria, torna-se essencial para investidores, pois através dele verifica-se a segurança da instituição a qual se deseja investir.

Pode-se entender que a auditoria é um método de análise para uma melhor eficácia do controle interno de uma instituição, podendo ambos trabalharem de forma conjunta, trazendo melhor segurança para a entidade e seus usuários.

Voltando as definições de controle interno, podemos observar que os conceitos estão intrinsecamente relacionados ao cumprimento de objetivos, como uma forma de manter a instituição segura de riscos. Sendo assim, ao analisarmos a estrutura do COSO (2007), vemos que esta definição é constante em seu sumário, que conceitua o controle interno como procedimentos conduzidos pela alta administração e corpo de

colaboradores, com um intuito de possibilitar uma garantia razoável de cumprimento dos objetivos categorizados como: Eficácia e eficiência operacionais; confiabilidade das demonstrações financeiras; e conformidade com as leis e regulamentos cabíveis.

2.4 COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION

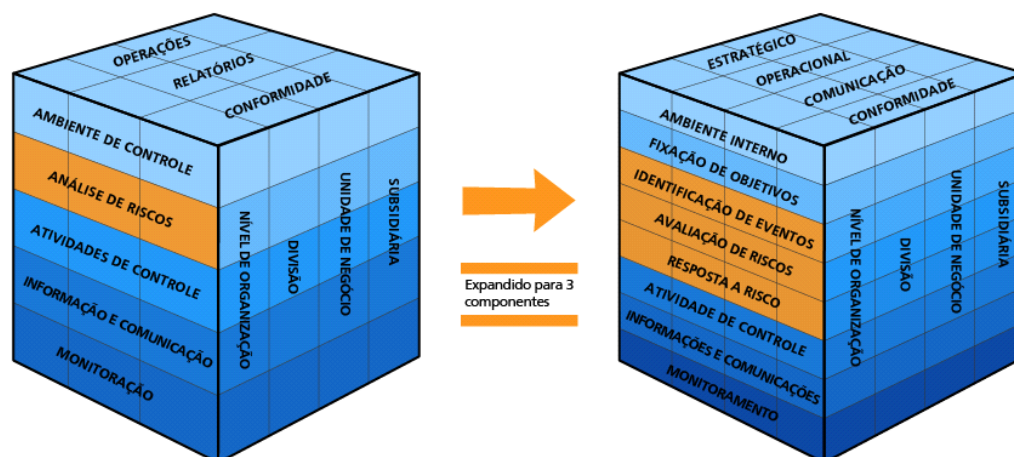
O COSO foi criado em 1985, nos Estados Unidos, com o intuito de analisar possíveis falhas na produção de relatórios financeiros. No momento de sua criação existia uma sucessão de falências e prejuízos empresariais, ocasionadas por demonstrações fraudulentas, as quais escondiam a real situação da instituição. Porém, na época, a criação do COSO teve como função de identificar as causas e recomendar ações para redução de sua ocorrência (PEREIRA, BRACALENTE, DINOFRE & BERNARDINELLI, 2013).

O COSO é formado por representantes das seguintes entidades: *American Accounting Association (AAA)*, *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, *Financial Executives International (FEI)*, *Institute of Management Accountants (IMA)* e pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*.

Inicialmente, foi criado um modelo denominado COSO I, composto de cinco elementos: Ambiente de Controle; Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento. Este modelo busca relacionar os objetivos organizacionais (Eficácia Operacional, Relatórios Financeiros e de Conformidade com leis e regulamentos) com os objetivos das demais áreas de gestão. (COSO, 2007; ARAÚJO, 2015).

Contudo, visionando a melhora do modelo e da gestão de riscos, por conta de fraudes nas corporações, o COSO estendeu a quantidade de elementos, acrescentando três componentes referente ao que antes era apenas Avaliação de Riscos, os quais são: Fixação de objetivos, Identificação de Eventos e Resposta ao Risco. Esta ampliação passou a ser chamada de COSO II (COSO, 2007; ARAÚJO, 2015).

Figura 1 – COSO I e COSO II



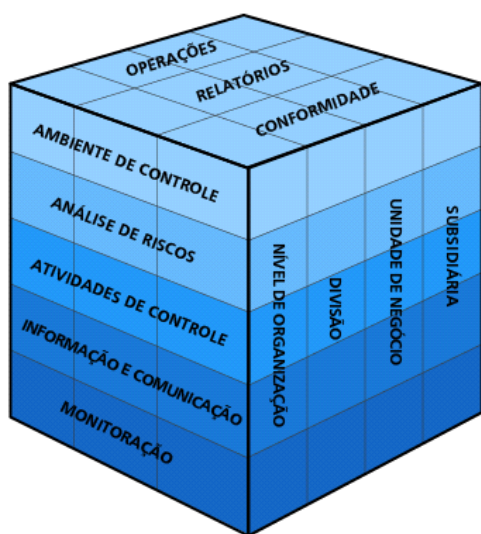
Fonte: (TCU, 2020)

2.4.1 The COSO Report (COSO I)

Em 1987, a comissão emitiu um relatório com recomendações e conceitos de controle interno com o intuito de estabelecer um referencial comum a fim de avalia-los. Sendo assim, em 1992, foi publicado o primeiro modelo *Internal Control - Integrated Framework* (Controle Interno – Estrutura Integrada) do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O COSO I, também conhecido como *The COSO Report*, trouxe metodologias práticas, geralmente aceitas, para que haja um estabelecimento e avaliação de controle interno (TCU, 2012).

O modelo citado, foi resumido e apresentado de acordo com a imagem a seguir:

Figura 2 – COSO I



Fonte: (TCU, 2020)

Conforme a imagem, o cubo divide-se em três dimensões (lados visíveis do cubo) e relacionam-se com o cumprimento dos objetivos organizacionais visando a redução dos riscos, melhora na confiança das informações financeiras e o cumprimento das leis e regulamentos impostos. A parte de cima, contém os objetivos, são eles: operações, relatórios financeiros e conformidade, que são cruciais para a implementação dos cinco componentes que estão à frente do cubo. A direita, contém as áreas da organização, atividades e procedimentos onde o modelo será aplicado (BOYNTON *et al*, 2002).

Este modelo, ao qual foi percorrido, está ultrapassado, pois foi absorvido pelo atual modelo, COSO II, sendo assim não conceituaremos sobre cada componente.

2.4.2 COSO ERM (COSO II)

Mesmo com o grande avanço ocasionado pela implementação do Coso I, por volta do fim do século XX e início do século XXI, grandes escândalos corporativos por causa de corrupção e fraude empresarial ascenderam. Por causa disto, foi necessária uma reavaliação da regulação vigente, para que houvesse um maior comprometimento e transparência por parte das empresas em conjunto com o serviço de auditores independentes, para que, em conjunto, trazerem mais segurança para os investidores no mercado de capitais (BERGAMINI JUNIOR, 2005).

Assim posto, em 30 de julho de 2002, a promulgação da Lei *Sarbanes-Oxley* tornou-se algo de extrema significância para a eficácia do controle interno nos relatórios financeiros, pois requeria que anualmente houvesse gerência, avaliação e pronúncia destes demonstrativos (ZANETTE, 2007).

A partir desses escândalos, COSO (2004a) reconheceu a necessidade de existir um foco voltado ao lado gerencial, e não apenas ao de controle. Seria necessária uma gestão eficaz e efetiva do risco aliado a uma estrutura de governança corporativa. Para que isso fosse cumprido, foi necessário que houvesse um aperfeiçoamento da estrutura do COSO.

Em 2001, a comissão iniciou o processo de reestruturação afim de desenvolver uma melhoria gerencial do risco empresarial, o que ocasionou em 2004, a publicação do documento Gerenciamento de Risco Empresarial – Estrutura Integrada (*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*), mais conhecido como COSO II ou ERM, versão evoluída do COSO I (ZANETTE, 2007).

Figura 3 – COSO II



Fonte: (TCU, 2009)

Como no *COSO I*, para que os objetivos estratégicos, operacional, comunicação e conformidade sejam cumpridos, é necessária a interação entre os componentes de gerenciamento de riscos que está incluso na estrutura (COSO ERM, 2007).

Quando comparamos o *Coso I* com o *Coso II*, observamos que o componente denominado de Avaliação de Riscos foi segregado em três componentes, sendo eles: Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos e Respostas a Risco (COSO, 1992; COSO, 2007).

A seguir, serão descritos os oito componentes do COSO, de acordo com o que foi apresentado na comissão do COSO (2004b), e tradução de Zanette (2007).

Ambiente Interno: Compreende a base de como o risco é visto e dirigido em uma organização, até o que abrange a filosofia do risco e seu gerenciamento, a integridade, os valores éticos e o ambiente em que está incluso.

Definição dos Objetivos: Os objetivos devem existir para que a gestão possa identificar os eventos antes de sua realização. Os objetivos escolhidos pela empresa asseguram se existe alinhamento entre a missão da empresa e a sua tolerância ao risco.

Identificação de Eventos: Durante o processo de concretização dos objetivos definidos, a empresa pode ser afetada por eventos internos e externos. Por isso é necessária a tentativa de prever a ocorrência de eventos, devendo diferenciá-los entre riscos e oportunidades, sendo a oportunidade canalizada como estratégia ou gera ajuste dos objetivos já existentes.

Avaliação do Risco: Os riscos são analisados de acordo com o seu impacto ou probabilidade de ocorrência, para que se possa determinar a forma de controlá-los.

Resposta ao Risco: A gestão escolhe qual resposta ao risco, podendo aceitá-los, reduzi-los ou compartilhá-los. Podendo ainda adaptar ou alinhar o risco ao que a empresa tolera.

Atividades de Controle: Trata-se das políticas e procedimentos instituídos e postos a prática para assegurar que a resposta ao risco seja realizada com eficácia.

Informação e Comunicação: As informações relevantes são inseridas em um formulário para devida comunicação afim de permitir que as pessoas as realizem de maneira responsável.

Monitoramento: A totalidade da gestão de riscos da entidade é devidamente monitorada, e se caso haja, modificações são efetuadas. O monitoramento é realizado em todas as atividades da empresa, para que um componente não afete o componente seguinte, pois se trata de um processo interativo, onde um processo depende do outro.

O método de gerenciamento de risco instituído por COSO ERM, assim como todo método, possui suas limitações, que resultam do julgamento humano dentro da tomada de decisão, podendo haver falhas humanas, insuficiência de benefícios, o que torna inviável para a gerência que consiga garantia de realização dos objetivos previstos (COSO, 2004a).

Finalmente, pode-se entender que dentre todo o processo e história das cooperativas de crédito e o seu crescente desempenho ao longo dos anos é importante salientar que é de extrema necessidade que para que esse crescimento se torne ainda mais notável, principalmente quando existem diversos riscos a se enfrentar dentro de sua operacionalização, a existência de métodos que auxiliem nesta jornada. O controle interno

é um dos principais métodos de estruturação de uma organização financeira e o Coso II, com seus elementos trouxeram maneiras de gerenciamento de riscos que, se inseridos de maneira adequada, podem tornar uma instituição ainda mais sólida e estruturada.

3 METODOLOGIA

Neste item, será descrito as tipologias utilizadas para realização da pesquisa, a coleta, a análise e a sistematização dos dados, bem como os procedimentos metodológicos.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização da pesquisa, conforme Andrade (2002) expõe, a pesquisa descritiva observa os fatos, registra, analisa e os classifica, sem que haja interferência do pesquisador. Assim posto, esta pesquisa buscou descrever a percepção dos colaboradores e gestores de uma cooperativa de crédito em relação ao sistema de Controle interno existente, e se as suas perspectivas estão de acordo com a estrutura integrada do COSO.

Sendo assim, com esta descrição, observou-se a percepção de gestores (classificados como presidentes, diretores, conselheiros administrativo e fiscal, gerentes e assistentes) do quadro de colaboradores do sistema de crédito cooperativo em João Pessoa – SICREDI CREDUNI, acerca do controle interno, baseado nos componentes da metodologia COSO.

Quanto aos procedimentos, a tipologia utilizada foi um estudo de caso, que segundo Gil (2002), possui como característica o detalhamento do objeto estudado, existindo assim um intenso estudo e conhecimento do material em abordagem. Foram avaliadas as práticas de controle interno existente e qual a sintonia na opinião dos colaboradores acerca dos processos existentes na cooperativa.

A coletar os dados da cooperativa em análise se deu por meio de pesquisa documental, através de documentos da Cooperativa Sicredi Creduni, tais como relatórios e registros anuais, anais, manuais, dados da *home page* a fim de concluir com êxito esse trabalho.

Utilizou-se como instrumento de dados, questionários semiestruturados a partir de um planejamento de pesquisa científica, que segundo Ruiz (1989) é uma forma real de investigação estruturada, planejada e rescrita que está de acordo com as regras metodológicas científicas.

A cooperativa participante do estudo possui sede em Campina Grande e agências em João Pessoa e Patos e, segundo o RH da cooperativa, conta com 59 colaboradores. A instituição financeira possui 21 anos no mercado possuindo excelente estrutura

organizacional, assim como forte participação no crescimento das cooperativas de crédito do estado da Paraíba, além disso tem como público-alvo os servidores federais e estaduais da Paraíba, possuindo cerca de 8 mil cooperados afiliados.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Este capítulo consiste na descrição do estudo de caso, com base em análises qualitativas e quantitativas para melhor expor os resultados alcançados. Inicialmente, cabe a caracterização da cooperativa de crédito objeto do estudo, em consequente a observância e análise das respostas dos entrevistados sobre a percepção existente acerca do controle interno presente na cooperativa, e, logo após, o grau de relevância atribuído acerca dos componentes do COSO.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA PESQUISADA

A instituição financeira cooperativa Sicredi Creduni foi constituída em 06 de abril de 1999, por meio de assembleia de constituição, em Campina Grande, na presença de 24 sócios fundadores, sendo todos eles membros servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba, tendo como líder e então nomeado diretor presidente, o Professor João Silveira Cabral.

Fundada inicialmente com o intuito de associar apenas os servidores públicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba, mais precisamente da UFPB em Campina Grande, apenas no ano 2000 começaram a associar os servidores do campus de João Pessoa.

Em 2001, a então nomeada Creduni, filiou-se a Central Unicred N/NE, sendo a primeira cooperativa filiada não pertencente a área da saúde. Um grande passo para a cooperativa foi dado quando, em 2016, o quadro social foi ampliado para servidores públicos federais, estaduais e municipais, que ocasionou, no ano seguinte, a mudança na razão social da cooperativa, passando a ser a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores das Instituições Públicas de Ensino Superior do estado da Paraíba e das demais Instituições e Órgãos Públicos no estado da Paraíba.

Tal crescimento veio acompanhado de mais uma mudança, também em 2017, juntamente com a Central Unicred N/NE, a cooperativa se filiou ao Sistema Sicredi passando a ser denominada Sicredi Creduni e adotando os padrões da marca Sicredi.

Hoje, a instituição cooperativa, conta com mais de 8.600 associados, 59 colaboradores que estão distribuídos nas 7 agências de atendimento e 1 Sede administrativa. Desde a sua fundação em 1999, a Sicredi Creduni busca o bem-estar

econômico e financeiro de seus associados, além de buscar e contribuir para o crescimento da comunidade ao qual se insere.

5.2 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

No questionário enviado ao quadro funcional da cooperativa, foram perguntados alguns dados para conhecimento das características dos entrevistados, sendo eles: sexo, faixa etária, escolaridade e formação superior.

Obteve-se retorno de 33 dos 59 colaboradores existentes, de acordo com os dados constantes no site da empresa, o que representa 55,9% do total. Sendo eles distribuídos entre 54,8% do sexo feminino e 45,2% do sexo masculino.

Na faixa etária, tem-se a maioria entre 21 à 30 anos, representando 48,5% do total, de 21 à 30 anos e de 41 à 50 obteve-se o mesmo percentual, sendo de 24,2% para ambos, acima de 50 anos a representação foi de apenas 3,1%. Em relação ao nível de escolaridade, observa-se que 54,5% possuem pós-graduação completa, 33,3% têm o ensino superior completo, 6,3% possuem mestrado/doutorado e tanto ensino médio completo quanto ensino superior incompleto possuem 3,1% de representação do total.

Por último, tem-se a representação da formação superior do entrevistado, que em sua maioria é representada por cursos de Ciências Sociais aplicadas e Ciências jurídicas, representadas através de 39,4% em Administração, 24,2% em Contabilidade, 15,2% em Economia, Direito e Ciências Atuárias possuem a mesma representação do total, sendo ambas de 9,1% e 3% em Outro, sendo a formação não especificada.

Numa análise qualitativa, pode-se observar que a grande maioria, representada por aproximadamente 93,9%, ou seja, 31 das 33 pessoas entrevistadas possuem nível de escolaridade igual o maior que ensino superior completo, o que representa um alto nível de instrução entre os colaboradores, possibilitando o melhor entendimento do questionário, e por vez, do assunto abordado, e também na grande quantidade de funcionários que possuem pós-graduação e mestrado/doutorado, representando cerca de 39,6%, o que demonstra o provável incentivo a educação continuada.

5.3 CONTROLE INTERNO INSTITUÍDO NA COOPERATIVA

Nesta parte do questionário foram feitas perguntas que relacionam o controle interno a atividades cotidianas dentro da instituição afim de relacionar a frequência em

que esta atividade é executada na cooperativa e qual a percepção que o colaborador tem em relação a sua ocorrência e a sua familiaridade com o controle existente.

Inicialmente foi perguntado se o entrevistado conhece as atividades de controle interno existente na cooperativa, onde 32 dos 33 respondentes afirmaram que sim, representado 97% do total. Em consequente, vemos a percepção dos colaboradores em relação a atuação do controle interno no seu ambiente organizacional. Na pergunta foi dada a liberdade de marcar mais de uma opção.

Quadro 1 - Atuação do Controle Interno

Forma de atuação do Controle Interno	Nº de Respostas
Conferência documental antes de qualquer transação bancária	28
Avaliação do desempenho e eficiência operacional	10
Identificação dos riscos operacionais afim de evitá-los.	21
Contribuição para transparência nos resultados da cooperativa	22

Fonte: Elaboração Própria (2021)

O Quadro 1 acima demonstra que a conferência documental está presente no âmbito operacional da grande maioria dos entrevistados, pois foi a opção mais escolhida, sendo representada por 84,8% do total de respondentes. Com isso, percebe-se a preocupação com a redução dos riscos operacionais, e corroborando com os componentes do COSO, esse fator interliga-se a Resposta aos Riscos, sendo, pois, através dessa conferência que uma parte dos riscos são potencialmente reduzidos.

Ainda relacionado aos riscos, 63,6% dos entrevistados escolheram a "Identificação dos riscos afim de evitá-los" como uma forma de atuação do controle interno presente na cooperativa. Quando interligado ao COSO, podemos perceber essa forma de atuação como a Identificação de eventos, onde busca-se observar quais os possíveis riscos e o que poderá ser feito para que os mesmos não ocorram. Na segunda opção mais escolhida, com 66,7% foi representada por "Contribuir para a transparência nos resultados da cooperativa", pode-se interligar esta atuação com o componente Informação e Comunicação instituídas pelo COSO II, visto que busca expor as informações relevantes existentes para a devida comunicação aos envolvidos.

A terceira pergunta busca saber se existem roteiros na execução das atividades nos setores dos entrevistados. As respostas seguem no quadro abaixo:

Quadro 2 - Roteiro de execução das atividades

Nível de roteiro na execução das atividades	Nº de Respostas
Para todos os processos.	15
Para muitos processos.	13
Para alguns processos.	4
Para poucos processos.	1

Fonte: Elaboração Própria (2021)

O Quadro 2, apresenta o questionamento sobre o roteiro de execução das atividades. A opção menos escolhida que pode ser representada, dentre os componentes da estrutura integrada do *COSO II*, como uma das funções do Monitoramento, foi a "Avaliação do desempenho e eficiência operacional". Do total de entrevistados, 30,3% escolheram esta opção. Segundo o *COSO II*, esse componente é extremamente importante para que caso haja necessidade de modificações do controle interno existente, ela seja feita para melhor gestão dos riscos existentes ao longo do tempo.

De acordo com as respostas obtidas, observa-se que dentro das atividades do dia a dia dos entrevistados, existe um roteiro a ser seguido, pois não houve respostas negativas, ou seja, todos, em algum momento seguem uma ordem na execução das atividades. Sendo assim, pode-se concluir que uma das atividades de controle instituídas pela instituição afim de evitar os riscos, é a roteirização dos procedimentos efetuados pelos colaboradores.

Perguntou-se também, sobre a frequência em que são feitas reuniões para análise dos resultados obtidos, onde novamente não houve respostas negativas, para 57,6% dos entrevistados as reuniões são feitas mensalmente, demonstrando um alto nível de monitoramento na cooperativa. Para 27,3% dos entrevistados, as reuniões são feitas semestralmente, em consequente, 12,1% são efetuadas em meses intercalados, ou seja, bimestralmente, e apenas para um entrevistado, que representa 3% do total, estas reuniões são feitas uma vez ao ano.

Dentro desta parte do questionário, a última pergunta feita, e de extrema importância, diz respeito a dúvidas sobre o controle interno existente na instituição, pois questiona se, alguma vez, o entrevistado consultou o CI da cooperativa para responder possíveis questionamentos relacionados ao seu trabalho. Tem-se que 75,8% já consultou o controle interno da cooperativa para solucionar dúvidas, com isso, observa-se que pela alta quantidade de respostas positivas, a estrutura de controle interno está sempre

disponível para consulta, facilitando o gerenciamento de riscos e o cumprimento de tal estrutura.

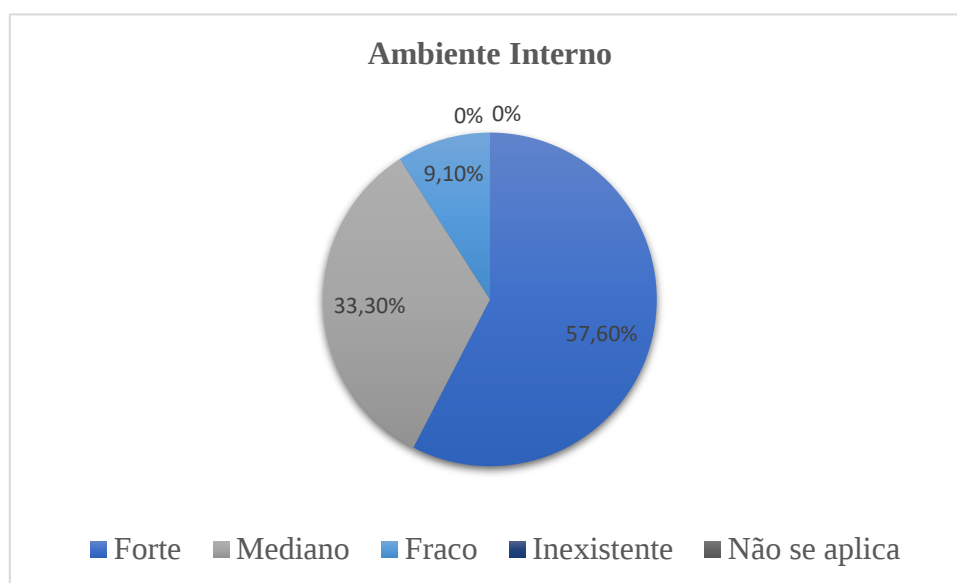
5.4 ATUAÇÃO DOS COMPONENTES DO COSO II NA COOPERATIVA

Neste ponto da pesquisa utilizou-se para as alternativas apresentadas aos entrevistados, um escalonamento de grau de relevância, variando de não se aplica na entidade até ter forte presença. O objetivo desta parte do questionário foi observar qual o grau de relevância dado pelo entrevistado a cada componente do *COSO II*, para assim cumprirmos com o objetivo de ao analisarmos o controle interno existente na cooperativa, podermos também observar se ele está de acordo com as perspectivas da Estrutura Integrada do *COSO II*. Para melhor entendimento, foi dada a descrição de cada um dos componentes, a fim de evitar questionamentos e dúvidas sobre o assunto.

Em análise do componente Ambiente interno, demonstra o grau de comprometimento em todos os níveis da organização, com a qualidade do controle interno em seu conjunto, bem como, aspectos da cultura dentro da organização, integridade e valores éticos; competência das pessoas da entidade; estilo operacional da organização; aspectos relacionados com a gestão.

O gráfico 1, destaca este componente da Estrutura Integrada com os seguintes resultados:

Gráfico 1: Ambiente Interno

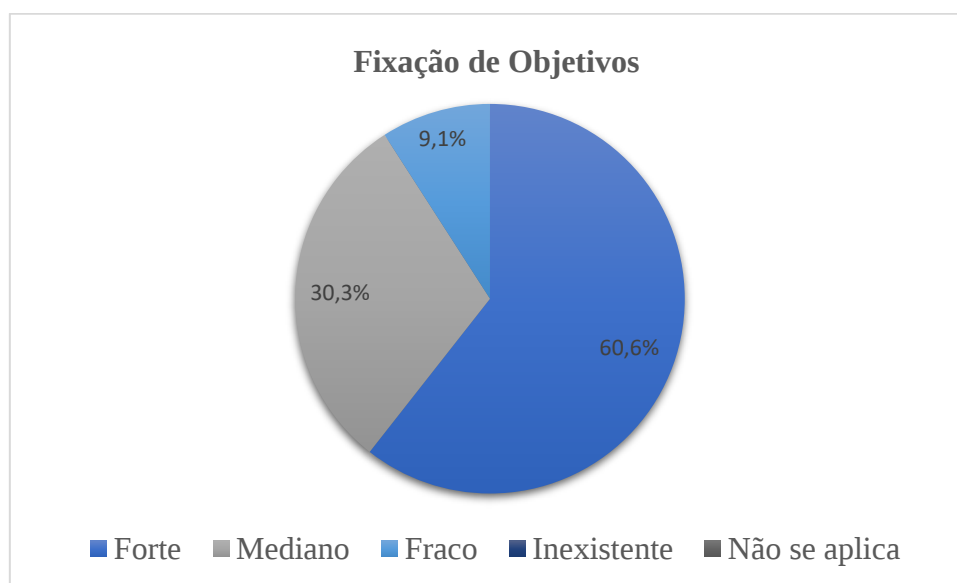


Fonte: Elaboração própria (2021).

Percebe-se uma preocupação quanto ao grau de avaliação do AMBIENTE INTERNO na Cooperativa, com 57% dos respondentes declarando ser Forte, 33,30% mediano e 9,10% fraco, como no ambiente interno, destaca-se que o “Tom vem do Topo” na implementação do controle interno na organização, conforme esses resultados apresentados, verifica-se uma boa aderência ao componente.

Em sequência tem-se a percepção dos funcionários acerca da Fixação de objetivos na Cooperativa analisada. Segue os dados no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Fixação de Objetivos

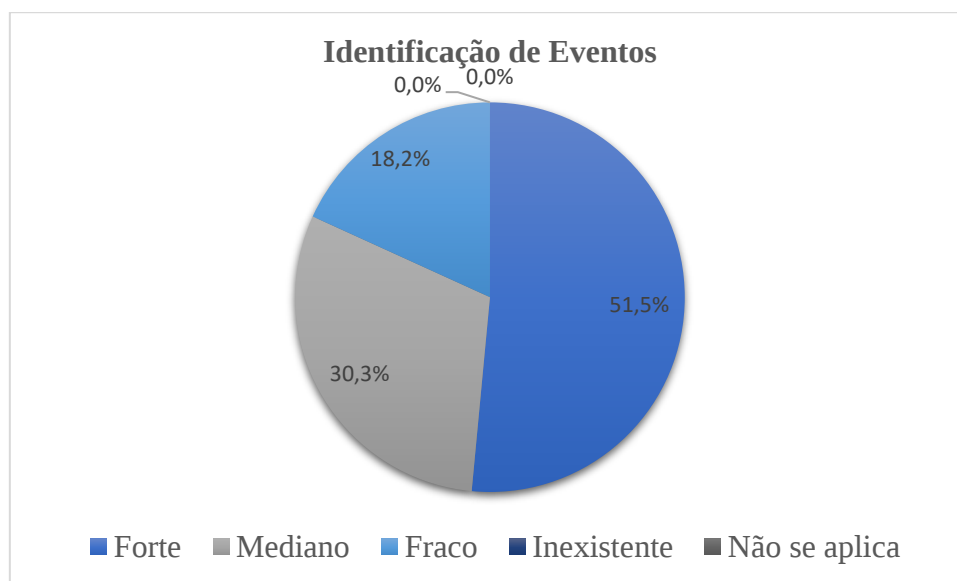


Fonte: Elaboração própria (2021).

Conforme observado e em concordância com o componente analisado anteriormente, os dados se mantêm estáveis havendo apenas uma oscilação entre as opções “fraco” que aumentou para 60,6% e em consequência uma queda em “mediano” que ficou em 30,3%, o que demonstra a coerência na execução do controle interno baseado na metodologia do *COSO II*. Sabe-se que a fixação de objetivos é a base para toda a execução e cumprimento dos objetivos, que nesta fase são pré-estabelecidos, sendo assim, a empresa, de acordo com a percepção dos entrevistados, está de acordo com o que a Estrutura Integrada do *Coso II* caracteriza.

Em conseqüente, o *COSO II* deixa claro a necessidade da Identificação de eventos dentro da gestão de riscos, o impacto causado por eventos que não foram previamente identificados pode afetar diretamente toda a realização de objetivos, assim como dispensar toda estratégia estabelecida pelo controle interno afim de evitar o risco.

Gráfico 3: Identificação de Eventos



Fonte: Elaboração própria (2021).

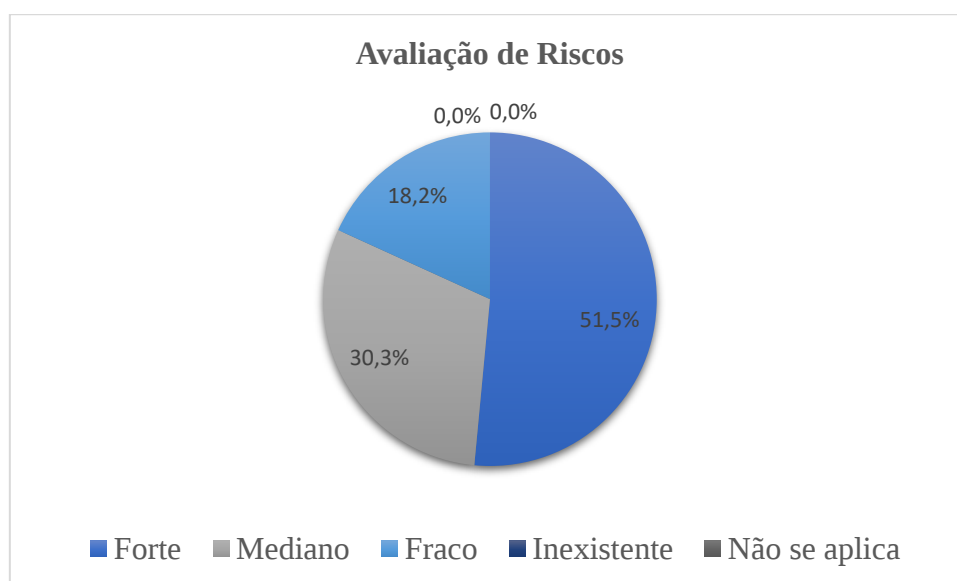
De acordo as informações representadas no gráfico acima, observa-se que 18,2% dos respondentes escolheram a alternativa que caracteriza a Fixação de objetivos como “fraco”, que quando comparado aos outros componentes expostos anteriormente percebe-se um aumento do percentual desta alternativa, o que cabe uma análise para melhor concretização do mesmo na cooperativa analisada.

Mesmo assim, 51,5% dos participantes caracterizaram o componente analisado como forte, e 30,3% como mediano, o que remete a uma atuação presente e perceptiva no cotidiano da maior parte dos entrevistados.

Depois de identificado os eventos, é necessário analisar até que ponto estes eventos poderão afetar a concretização dos objetivos estabelecidos, para isso, o *COSO II*, estabeleceu a Avaliação de Riscos, um componente que busca determinar como esses riscos serão administrados.

De acordo com essa descrição, ao perguntarmos sobre a percepção dos entrevistados com relação a presença deste componente no seu dia a dia, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 4: Avaliação de Riscos



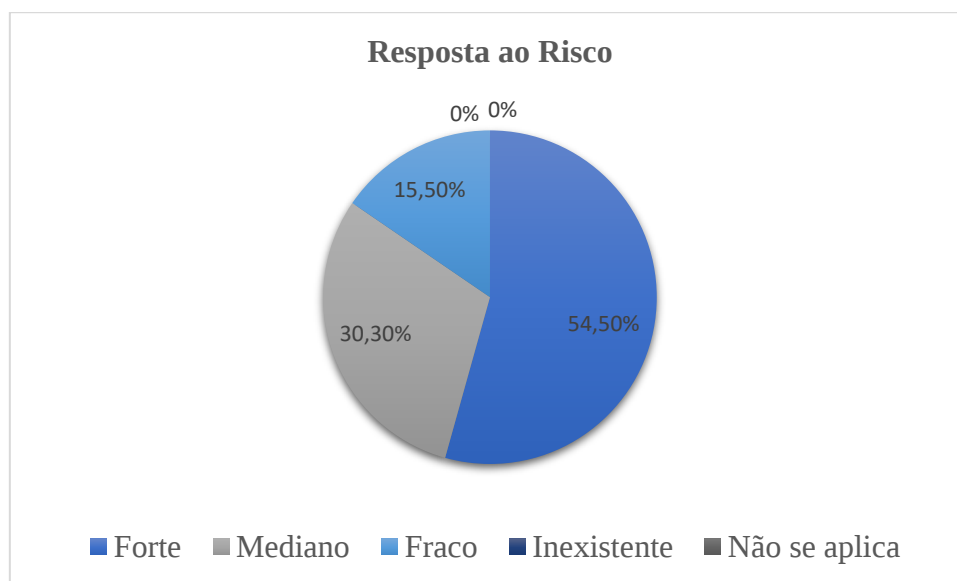
Fonte: Elaboração própria (2021).

Com base no gráfico 4, tem-se que 51,5% dos entrevistados avaliam o componente como forte, 30,3% como mediano e 18,3% como fraco, o que representa uma alta presença da Avaliação ao risco na instituição analisada, porém, mais uma vez, é necessária uma observância para entender o porquê desse componente não ser ainda mais forte.

Logo após os riscos serem avaliados, a administração tem a incumbência de escolher respostas aos riscos inerentes, o que inclui evitá-los, reduzi-los, compartilhá-los e até aceitá-los, tendo como base uma série de medidas que vão de acordo com a tolerância ao risco estabelecida pela instituição.

Sendo assim, segundo as respostas dadas pelo corpo funcional da cooperativa analisada, este componente possui a seguinte avaliação:

Gráfico 5: Resposta ao Risco.



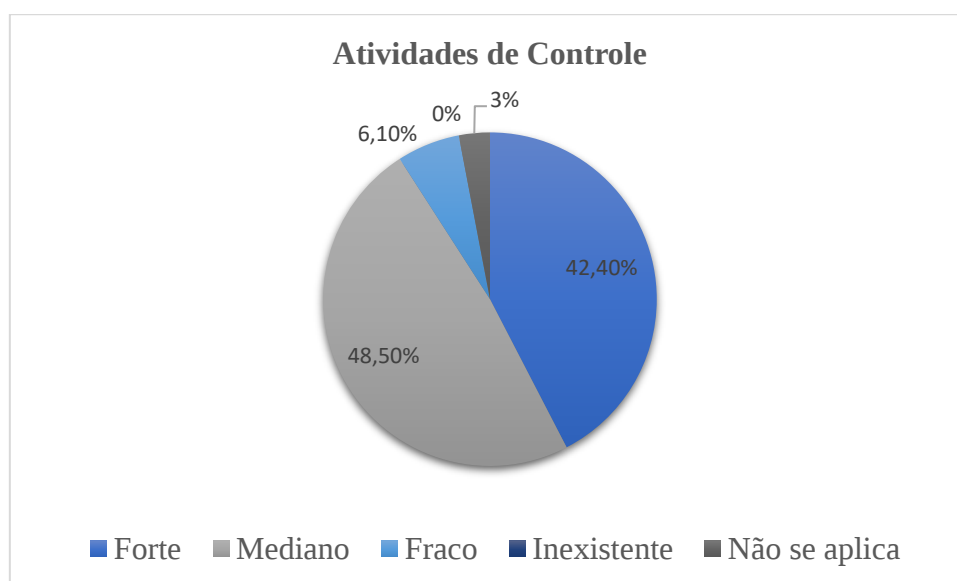
Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao analisar o percentual apresentado no gráfico acima, tem-se que há uma semelhança entre os dados obtidos na avaliação do componente “Avaliação de Risco” e do componente “Resposta ao risco”, visto que ambos se interligam perfeitamente, pois caso não haja uma avaliação, consequentemente não haverá uma resposta ao risco.

Em sequência, os entrevistados foram perguntados sobre as Atividades de Controle, que resumidamente podem ser voltadas a atividades operacionais, pois dizem respeito a métodos aplicados em todas as áreas da instituição, ou seja, são ações que direcionam e visam a gestão direta do risco através de atividades estabelecidas.

No gráfico abaixo, obteve-se os seguintes resultados sobre as Atividades de Controle:

Gráfico 6: Atividades de Controle



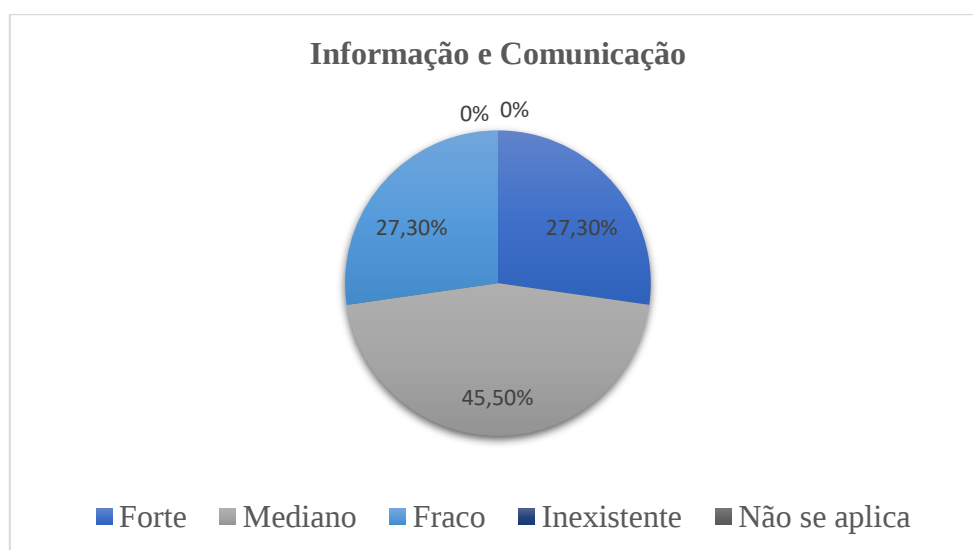
Fonte: Elaboração própria (2021).

Diferente dos outros elementos analisados, o gráfico acima demonstra uma mudança na escolha dos entrevistados, visto que o percentual da alternativa “fraco” foi de apenas 3%, o que demonstra que, de acordo com a percepção dos respondentes, as atividades de controle são bem instituídas na cooperativa. Em consequente, 48,5% dos participantes avaliaram o componente como mediano, um percentual alto em comparação com os demais elementos, o que pode demonstrar que por mais que ele seja bem presente na instituição, ainda podem ser efetuados procedimentos a fim de aperfeiçoar o que já existe. Por fim, 42,4% escolheram a opção de avaliação como forte, dentre todos os componentes este foi o que obteve o menor percentual para esta alternativa.

Em sequência, tem-se um componente de extrema importância pois, como se sabe, a instituição analisada trata-se uma cooperativa que possibilita a gestão de recursos financeiros de diferentes pessoas, e além disto, existe o fato de que os recursos não são de clientes, são de associados, ou seja, pessoas que possuem participação acionária na empresa, sendo assim, além da necessidade de Informação e Comunicação dentro do sistema operacional, ela também é necessária como forma de expor os acontecimentos inerentes da gestão de riscos de uma forma geral.

Sendo assim, segue abaixo os dados obtidos no que se diz respeito a Informação e Comunicação baseado na percepção dos respondentes:

Gráfico 7: Informação e Comunicação



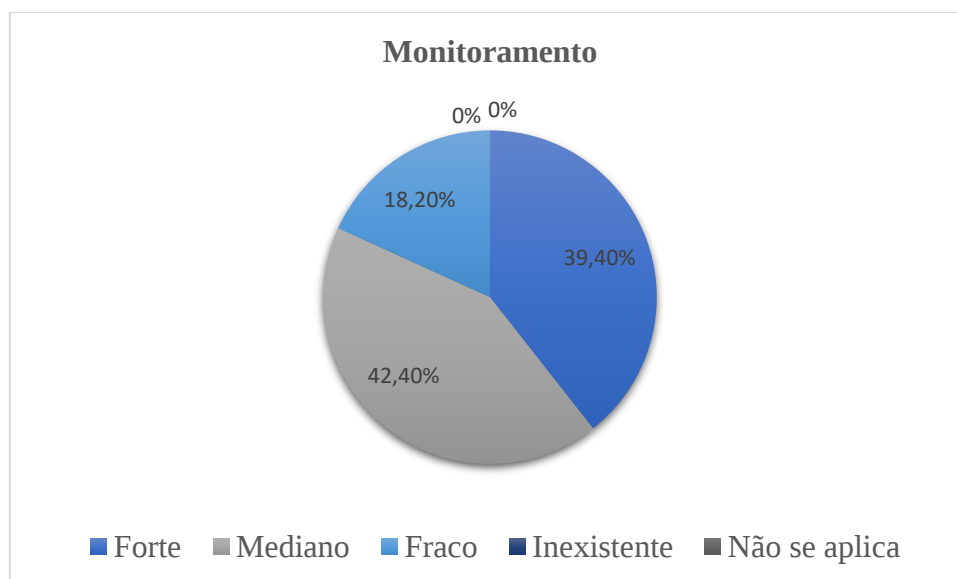
Fonte: Elaboração própria (2021).

Baseado nas respostas obtidas e expostas no gráfico 7, observa um percentual de 27,3% que avaliam este componente como fraco, pode-se dizer que é uma participação significativa, principalmente quando somamos mais 45,5% que o avaliam como mediano, apenas 27,3% consideram o elemento analisado como forte.

Uma boa comunicação é de grande importância em todos os níveis hierárquicos, quanto melhor a comunicação melhor eficiência cada gestor terá no seu desempenho em cumprir com os objetivos estabelecidos, sendo assim, baseado na avaliação obtida, entende-se que pode existir uma falha no cumprimento deste componente, sendo necessária uma avaliação para entender quais as necessidades que precisam ser melhoradas.

A última questão da pesquisa diz respeito ao Monitoramento, elemento este que condiz com a supervisão de todo o processo de gerenciamento de riscos, sendo essencial pois sabe-se que o mercado está em constante mudança, logo é importante buscar as modificações necessárias como forma de adaptação a tais atualizações.

Gráfico 8: Monitoramento.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Com base nos resultados obtidos, como mostra o gráfico 8, os respondentes avaliam em sua maioria o Monitoramento presente na cooperativa como mediano, tendo 42,4% de representação, em sequência 39,4% apontam o componente como forte, e em menor participação, com 18,2% como fraco. Com isso, conclui-se que elemento é presente e representativa na cooperativa.

5 CONCLUSÃO

Sabe-se que o Controle interno é extremamente importante nas áreas de contabilidade e finanças, é por isso que com os anos se torna cada vez mais exigido pelos órgãos reguladores a presença de um controle interno eficaz, visto que instituições financeiras, em todas as suas atividades, lidam com diversos tipos de riscos e por isto torna-se essencial o controle como forma de minimizá-los com eficácia.

O Controle interno abrange todos os setores operacionais de uma instituição, desde o mais alto cargo administrativo até colaboradores dos mais diversos níveis, sendo assim, de alguma forma, todos estão envolvidos com o controle existente, sendo direta ou indiretamente.

Ao longo da aplicação desse estudo, pôde-se perceber o quanto os participantes da cooperativa estão em consonância com os processos do Controle Interno, e o quanto ele é presente na instituição. As ações desempenhadas pelos colaboradores fazem jus ao que é instituído pelo controle, assim como no que se diz respeito ao que prega a metodologia do COSO II.

Sabe-se que para um ambiente de controle interno ser eficaz, principalmente quando se leva em consideração a metodologia do COSO, os processos de controle devem estar intrinsecamente ligados. Como pôde-se observar nos resultados obtidos, os componentes do COSO possuem avaliações muito parecidas, o que demonstra que eles estão em consonância uns com os outros, segundo a avaliação dos respondentes.

Mesmo que ao final as respostas variaram entre “forte” e “mediano”, percebe-se que a escolha pela opção “fraco” se manteve em sua maioria estável. Além do mais, dentro das respostas diretas ao controle interno e como ele atua na instituição, não foi verificado respostas amenas ao que é imposto pelo controle e como ele deve se fazer presente em uma organização.

Com isso, conclui-se que as cooperativas de crédito, por serem uma instituição financeira, precisam expor e fazer conhecidos todos os processos de controle existentes para todos os níveis da organização, dessa forma o controle interno será ainda mais eficaz e a instituição ainda mais sólida por conhecer seus processos críticos e com isso ter o poder evitá-los ou controlá-los da forma mais eficiente possível.

Logo, conseguiu-se atingir o objetivo primordial deste trabalho, que foi de investigar a qualidade do ambiente de controle interno com base na metodologia do *COSO II* em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. (s.d.). **Internal Control Publications**. Disponível em <http://www.aicpa.org/Publications/InternalControl/Pages/InternalControl.aspx>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

ARAÚJO, D. J. **Um Estudo Referente Às Constatações Em Relatórios Emitidos Pelas Unidades De Controle Interno De Municípios Brasileiros A Partir Das Perspectivas Do Coso II**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis. Recife, PE, Brasil, 2015.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 3.ed., 2006.

AUDIBRA. (1998). **Instituto dos Auditores Internos do Brasil**. Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna. São Paulo, SP, Brasil: Audibra.

BERNSTEIN, Peter L.; BERNSTEIN PETER, L. **Against the gods: The remarkable story of risk**. New York: Wiley, 1996.

BOYNTON, W. c., JOHNSON, R. N., & KELL, W. G. **Auditoria** (7ª ed. ed.). (J. E. Santos, Trad.) São Paulo, São Paulo: Atlas, 2002.

CARPES, ANTONIO MARIA DA SILVA. **Análise do Ambiente de Controle Interno nas Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina: Uma Investigação Alicerçada na perspectiva da Metodologia COSO (The Comitee Of Sponsoring Organization)**. Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiencia política de Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG, 2012.

CASTRO, D. P. (2011). **Auditoria, Contabilidade e Controle interno no Setor Público**. São Paulo, São Paulo: Atlas.

COIMBRA, Fábio Claro. **Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de casos no setor financeiro**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2004). Fonte: **COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission**: http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary.pdf

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2007). **COSO**. Fonte: COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission:

http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary_portuguese.pdf. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

CROUHY, M.; GALAI, D.; MARK, R. **Gerenciamento de risco: uma abordagem conceitual e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, São Paulo: SERASA, 2004.

DUARTE, A. M.; VARGA, G. **Gestão de riscos no Brasil**. Rio de Janeiro: Financial Consultoria, 2003.

FABER, Malte et al. **Ecological economics: concepts and methods**. Edward Elgar Publishing Ltd, 1996.

FERREIRA, Ricardo J. **Auditoria**. Rio de Janeiro: Ferreira, 6.ed., 2008.

FRANCO, Hilário. MARRA Ernesto. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2001.
GAWLAK, Albino; TURRA, Fabianne Ratzke. Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor. Paraná: Linarth, 5. ed., 2001.

IBGC. **Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos**. São Paulo, 2007.

JORION, Philippe. **Value At Risk: A nova fonte de referência para o controle do risco de mercado**. São Paulo: BM&F, 1999.

JORION, P. **Value at Risk**. São Paulo: BMF, 1998.

KNIGHT, Frank H. **Risk, uncertainty and profit**. Courier Dover Publications, 2012.

LEMGRUBER, Eduardo Facó; et al. **Gestão de Risco e Derivativos: Uma aplicação no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITÃO, Manuel dos Santos et al. **Auditoria Interna x Auditoria Externa**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 203-220, dec. 2018. ISSN 2316-3852. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/818. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

LONGO, Claudio Gonçalves. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARSHALL, C. L. **Medindo e Gerenciando Riscos Operacionais em Instituições Financeiras**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MCCORMICK, Roger. **Legal risk in the financial markets**. Nova Iorque (EUA): Oxford Press, 2006.

MEDEIROS, A. **STJ AFASTA DESEMBARGADORES DO RN**. Fonte: Ailton Medeiros: <http://www.ailtonmedeiros.com.br/t/escandalo-dos-precatorios/>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2020.

PEREIRA, E. M., BRACALENTE, F., DINOFRÉ, M., & BERNARDINELLI, M. L.

COSO - The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Fonai - MEC. Acesso em: 18 abr. 2021. Disponível em: <http://www.fonai-mec.com.br/uploads/documentos/arq1371678360.pdf>

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil.** 4. ed., Brasília: BCB, 2006.

RENN, Ortwin. **The role of risk perception for risk management.** Reliability Engineering and System Safety. [S.1] v. 59, p.49-62, 1998a.

SESCOOP/RS. **In: CONCEITOS E PRINCÍPIOS.** Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito.** São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, L. M. **Contabilidade Forense.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA NETO, Lauro de Araújo. **Derivativos: Definições, emprego e risco.** São Paulo: Atlas, 1999.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - Instituto Serzedello Corrêia. (2012). **Controles Internos.** Curso de Avaliação de Controles Internos . Brasília, DF.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Modelos de referência de gestão corporativa de riscos.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/planejamento-governanca-e-gestao/gestao-de-riscos/politica-de-gestao-de-riscos/modelos-de-referencia.htm>. Acesso em: 28 fev 2020.

ZANETTE, Maicon Anderson. **Controle Interno no Cooperativismo de Crédito: Um estudo de caso baseado nos componentes da metodologia COSO.** Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ZONATTO, V. C. S.; BEUREN, I. M. **Categorias de Riscos Evidenciadas nos Relatórios da Administração de Empresas Brasileiras com ADRs.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios. [S.1] v. 12, n. 35, p. 141-155, 2010.